## **ATA DE REUNIÃO PARA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE INCLUSÃO DE DOCUMENTOS 01/03/2018 a 01/04/2018- Redmine #(#2283 ) Relação de Documentos V12**

**Aos 1 de abril de 2018 reuniram-se os seguintes integrantes do Comitê Gestor de Análise Documental do AFD, Carlos Augusto Silva, Cristiane Basque, Martha Moya e Rodrigo Oliveira com o objetivo de analisar as solicitações de inclusão de novos documentos conforme orientações emanadas do Arquivo Nacional:**

**Solicitado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG**

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE CONCURSO - Não foi aprovada** a inclusão pois já existe o tipo documental “EDITAL DE CONCURSO”. Foi inserido no campo de observações da tabela a informação dos tipos de editais: edital de abertura, edital de retificação, edital de Prorrogação de Concurso, edital de homologação.

Sobre a exigência da CGU de conter no procedimento de Admissão SISAG, basta inserir todos documentos obrigatórios exigidos, no Tipo documental “Processo de Admissão”.

**COMPROVANTE DE SITUAÇÃO CADASTRAL CPF – Não foi aprovada** a inclusão pois já existe o tipo documental “Cadastro de Pessoa Física – CPF”. Foi inserido no campo de observações da tabela a informação dos tipos: Comprovante de situação cadastral no CPF, CIC, CPF.

**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO - Não foi aprovada** a inclusão pois já existe o tipo documental EDITAL DE CONCURSO. Foi inserido no campo de observações da tabela a informação dos tipos de editais: edital de abertura, edital de retificação, edital de Prorrogação de Concurso, edital de homologação.

**PORTARIA DE ORIGEM DE VAGA** – Não **foi aprovada.** Solicitamos o embasamento legal para analisar seu pleito.

**DECLARAÇÃO QUE NÃO PARTICIPA DE GERENCIA OU ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADE PRIVADA, PERSONIFICADA OU NÃO PERSONIFICADA** – Não foi aprovada a inclusão pois já existe o tipo documental “**Declaração de inexistência de impedimentos legais para a posse ou exercício”.** Foi inserido no campo de observações da tabela a informação dos tipos: Declaração que não participa de gerencia ou administração empresa.

**DECLARAÇÃO QUE NÃO SOFRI, NO EXERCICIO DE FUNÇÃO PÚBLICA, PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM A INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO -** Não **foi aprovada.** Solicitamos o embasamento legal para analisar seu pleito.

**COMPROVANTE DE DATA DO PRIMEIRO EMPREGO** – Esta solicitação foi aprovada na Ata da 09º Reunião com os seguintes termos: 1.1.2 Registros Pessoais - **Comprovante de primeiro emprego e já está disponível no AFD.**

**Solicitado pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG**

**CERTIDÃO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS – CTU – Foi Aprovado a** inclusão dos Tipos de Documentos: 1.1 Ingresso do Servidor => 1.1.3 Registros Funcionais => “Certidão de tempo de serviço/contribuição - CTU”.

**DESAVERBAÇÃO/CANCELAMENTO DO CTC-** *Solicitamos orientamos de como proceder.* De acordo com a Portaria MF 567, de 18 de dezembro de 2017 - DOU de 20/12/2017, art. 7º Parágrafo único, que diz: *"Na hipótese de que trata este artigo, o regime instituidor deverá registrar na primeira via original da CTC recebida que o tempo certificado foi averbado e que é vedada sua reutilização por outro regime, devolvendo-a ao servidor depois de digitalizada."*, deve-se registrar o recebimento na própria CTC. **Foi Aprovado a** inclusão dos Tipos de Documentos: 6.2.6 Desaverbação de tempo de Serviço/contribuição => **“Certidão de desaverbação tempo de serviço/contribuição”.** Que atende tanto desaverbação parcial ou integral.

**ATO DE CONCESSÃO DE ABONO**” e “**PORTARIA DE ABONO**”. Sobre os tipos documentais, estamos fazendo um despacho e o mapa para o abono permanência, isto é, digitalizando os dois juntos e fazendo upload para o AFD como ato de concessão de abono, mas em tipo de documentos aparece "portaria de abono". É necessário ambos documentos? Ou podemos continuar usando apenas ato de concessão?

**Resposta do Comitê**: Informamos que o tipo documental Portaria de Abono que já não constava na tabela, foi excluído do AFD, pois tipo documental “ATO DE CONCESSÃO DE ABONO” já contempla.

**Solicitado pelo Instituto Federal de São Paulo – IFSP**

**ATO DE CONCESSÃO DE LICENÇA GALA**: Não foi atendido o pedido de inclusão pois de acordo com a lei 8112/90 trata-se de ausência do servidor previstas no capítulo VI Das concessões, cuja operacionalização não requer maiores formalidades bastando o servidor comprovar, ausência junto à chefia imediata. Esse documento pode ser arquivado junto com controle de frequência que não faz parte do AFD.

**ATO DE CONCESSÃO DE LICENÇA NOJO**: **Não foi atendido** o pedido de inclusão pois de acordo com a lei 8112/90 trata-se de ausência do servidor previstas no capítulo VI Das concessões, cuja operacionalização não requer maiores formalidades bastando o servidor comprovar, ausência junto à chefia imediata;

**RSC- ATO DE CONCESSÃO DE RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS -** Esta **solicitação foi aprovada** na Ata da 09º Reunião com os seguintes termos: Foi aprovado a inclusão do documento - 4.2 Gratificações - 4.2.2 Gratificações de Titulação - "**Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC**".

Sobre o uso do tipo de documento “**DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO”,** já disponível no AFD. Esta opção pode ser usada para inserir apenas o **formulário de solicitação de substituição**?

**Resposta do Comitê**: Informamos que este tipo documental é para designação e dispensa de substituição ativa e não uma solicitação que pode ser negada.

**Solicitado pela Superintendencia de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí.**

**PROCURAÇÃO/TERMOS DE CURATELA – Foi Aprovado a inclusão dos Tipos de Documentos: 1.1 Ingresso do Servidor => 1.1.3 Registros Funcionais => “Procuração para Representar junto ao RH” e “Termo de Curatela” para regime RJU.**

**OBS: Será inserido nos seguintes regimes: RJU, CLT, CTU.**

Conforme artigo 653 do Código Civil:" Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes poro, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato. " Devido a problemas de saúde de servidores aposentados que os impossibilita de praticarem seus atos junto a esta Superintendência, temos recebido procurações públicas e termos de curatela nomeando outros a praticarem tais atos, como atualizar informações cadastrais. Modelo de procuração em anexo.

**FORMULÁRIO DE VISITA DOMICILIAR-COMPROVANTE DE RECADASTRAMENTO ANUAL DE BENEFÍCIO - Foi Aprovado** pelo comitêo Tipo de Documento “Formulário de visita domiciliar” – RJU OBS: provas de vidas.

Conforme Portaria do Ministério do Planejamento nº 08, de 07/01/2013, os servidores inativos e pensionistas devem realizar obrigatoriamente recadastramento no mês de aniversário em agência bancária. Aos servidores impossibilitados de comparecer a agência, é solicitada visita domiciliar, realizada por esta Superintendência, e gerado formulário de visita domiciliar atestado por servidor, comprovando vida do aposentado/pensionista. Modelo de documento em anexo.

**ALVARÁ JUDICIAL/ESCRITURA PUBLICA DE INVENTÁRIO E PARTILHA – Foi Aprovado a inclusão dos Tipos de Documentos:** 3.2 Obrigações judiciais => 3.2.3 Pagamento resíduos remuneratórios não recebidos => “**Alvará Judicial/Escritura Pública de Inventário e Partilha – RJU, CTU e CLT”.**

Justificativa: Os documentos são instrumentos legais que possibilitam aos herdeiros receberem resíduos remuneratórios não recebidos em vida pelos servidores (mediante alvará judicial, nos casos de ausência de dependentes habilitados; e através da escritura pública de inventário e partilha, conforme Lei 11.441 de 04/01/2007), evitando que ocorram pagamentos aos herdeiros em duoticidade ou indevidos.

**Solicitado pela Universidade Federal do Cariri – UFCA**

Sobre o uso do tipo de documento “**COMPROVANTE DE CONCLUSÃO/ PARTICIPAÇÃO**”, já disponível no AFD, são aceitos os seguintes exemplos: Certificados, diplomas e declarações das instituições de ensino. A que situações se referem esses certificados? São de cursos e treinamentos, das progressões por capacitação ou outras situações?

**Resposta do Comitê**: Informamos que são aceitos todos certificados compatíveis com o cargo ocupado em instituição de ensino reconhecida pelo MEC e a carga horária mínima exigida.

**Solicitado pelo Instituto Federal de Pernambuco –IFPE**

Sobre o tipo documental **“COMPROVANTE DE CONCLUSÃO/PARTICIPAÇÃO – RJU”,** jádisponível no AFD**.** Gostaria de saber se todo e qualquer Certificado de Participação do Servidor em Congressos, Seminários, Fóruns, Encontros, Palestras etc deverão ser inseridos no repositório AFD?

**Resposta do Comitê**: Informamos que todos certificados compatíveis com o cargo ocupado, em instituição de ensino reconhecida pelo MEC e a carga horária mínima exigida, fazem parte do AFD. Sendo assim Congressos, Seminários, Fóruns, Encontros, Palestras não fazem parte do AFD.

Solicito esclarecimento sobre o tipo documental “**PORTARIA DE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO”**e**“ATO DE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO**”, já disponível no AFD. A Lei 11.091/2005, em seu artigo 11, prevê um instituto denominado '**Incentivo à Qualificação**'. Quando da inserção da Portaria de Concessão do Incentivo à qualificação, surgiu o questionamento: **Trata-se referido Incentivo uma 'Gratificação de Qualificação' ou uma 'Gratificação de Incentivo'?**

**Resposta do Comitê**: Informamos que para instituto denominado 'Incentivo à Qualificação” deve-se utilizar o tipo de documento “**Portaria de concessão de Gratificações de Qualificação”.**

**Solicitado pelo INSS** rodrigo.tsilva@inss.gov.br

Solicito esclarecimento sobre o tipo documental, **ATO DA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IR**". Neste caso devo incluir no AFD somente o ato, ou seja, o Despacho Decisório que concedeu a isenção ou devo incluir todo o Processo (capa, requerimento, laudos médicos e exames, despachos, etc)?

**Resposta do Comitê**: Informamos que no caso do "Ato da concessão de isenção de IR​", deve inserir somente o documento final que concedeu o Ato. Quando tiver o tipo documental processo, deve inserir toda documentação.

**Solicitado pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFF.EDU**

Solicito esclarecimento para verificar está mantido o entendimento de que as **Licenças para Tratamento a Saúde do Próprio Servidores** e a **Licença para Acompanhamento a Pessoa da Família**, por terem sido lançado no sistema SIAPE Saúde/SIASS e que por esse motivo já estão lançados no SIASS, não necessitam ser lançados do AFD-Assentamento Funcional Digital. Estamos fazendo este questionamento pois conforme ATA DE REUNIÃO PARA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE INCLUSÃO DE DOCUMENTOS 16/08 a 10/10- Redmine #1319: " LAUDO MEDICO PERICIAL - Esclarecemos que os laudos citados não vão fazer parte do AFD, conforme orientação da área de saúde do servidor da SEGRT ficando restritos aos registros no SIASS e por haver integração entre o SIAPE e esse sistema." Estamos fazendo em questionamento pois a inclusão destes 2 tipos de documentos gerou dúvidas e insegurança ao nosso trabalho?

**Resposta do Comitê**: Informamos que o tipo de documento LAUDO MEDICO PERICIAL foi negado pois deve lançado no sistema SIAPE Saúde/SIASS, já os tipos de documentos Ato de concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família e Ato de concessão de licença para tratamento da saúde do servidor foram aprovados pois são atos administrativos baseados no laudo.

**Ficou decidido publicar a Tabela de Documentos Funcionais com as modificações analisadas por este Comitê.**